

Formação Cidadã Frente aos Desafios da Era Digital: um Olhar para as Crises Civilizatória e Democrática¹

Derliz Hong Hung Moreno²

Fernanda Maria Caldeira de Azevedo³

Universidade Federal do Paraná, Curitiba, PR

Resumo

Aceleradas pelas transformações sociais, as instituições escolares enfrentam desafios diante das crises civilizatória e democrática. Em face de tais problemas, foram analisadas percepções de estudantes do Ensino Médio. Buscou-se arrolar as prementes questões a serem contempladas na educação para a cidadania. O trabalho se fundamenta em autores da interface Comunicação e Educação, como Citelli (2017) e Falcão e Pelizzari (2021), e também em referenciais da transição paradigmática, como Taibo (2019) e Wahl (2019). Foram obtidas 116 respostas via questionário *on-line*. Mesmo com o uso intensivo das mídias sociais, os jovens demonstram desconfiança em relação à veracidade das informações propagadas. Há apoio significativo à democracia, embora parte dos respondentes revele desconhecimento acerca de suas estruturas e valores.

Palavras-Chave: Comunicação e Educação; Era Digital; Ensino Médio; Crise Civilizatória; Crise Democrática.

Introdução

No decorrer do século XX, a humanidade se defrontou com a intensificação das desigualdades regionais e sociais, da degradação ambiental, das mudanças climáticas e da padronização cultural. Consequências do modelo civilizatório hegemônico, um sistema centro-periferia de economia capitalista, tais problemas motivaram a busca por soluções, as quais tendem a ser majoritariamente pragmáticas, com pouco efeito na recuperação da homeostase ecológica planetária. Por conseguinte, requer-se a construção de novos modelos de organização das sociedades de modo biocêntrico, coadunado com as especificidades e aos ecossistemas locais (Capra, 2014; Taibo, 2019; Wahl, 2019).

Diretamente dependente das tomadas de decisão da gestão pública, o enfrentamento à crise civilizatória passou a ter outro impasse no início do século XXI: a crise democrática. Observou-se, a partir de então, uma pujante ascensão de governos negacionistas científicos e endossadores da deslegitimação das instituições

¹ Trabalho apresentado no GP Comunicação e Educação, do 25º Encontro dos Grupos de Pesquisas em Comunicação, evento componente do 48º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

² Doutorando em Ciência Política pela Universidade Federal do Paraná (UFPR) e bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). E-mail: derlizmoreno@ufpr.br.

³ Doutoranda em Ciência Política pela UFPR e bolsista da CAPES. E-mail: fernanda.azevedo@ufpr.br.

democráticas (Castells, 2018; Mounk, 2019; Teitelbaum, 2020). Várias políticas públicas antiambientais, com desmonte de leis e violações de direitos, foram sendo instituídas pelo Estado brasileiro, que, como consequências, ocasionam destruição de *habitats*, perda de qualidade de vida e extermínio dos povos originários e das comunidades tradicionais (Anaya, Bronz e Magalhães, 2024).

Em uma era estruturada pelo uso das tecnologias da informação e comunicação (TICs), na qual a aceleração temporal (Rosa, 2003) é elemento constitutivo, a opinião pública passou a ser sugestionada pelas mídias sociais (Beiguelman, 2021). Geraram-se, destarte, oposições políticas binárias, posições polarizadas e a privatização da política (reduzida ao pessoal), que, por sua vez, “gera ação coletiva frequentemente anti-institucional com potencial de desestabilizar contextos democráticos” (Machado e Miskolci, 2019, p. 950).

Face às crises do preponderante modelo de civilização e da democracia no contexto da aceleração social do tempo, a presente pesquisa tem o propósito de conhecer as percepções de estudantes do Ensino Médio sobre os temas. Buscou-se identificar os principais desafios e temas que devem ser abordados pelos educadores, com vistas à promoção de uma formação cidadã. Via questionário *on-line* elaborado no *Google Forms*, coletou-se uma amostragem aleatória composta por respostas de 116 jovens estudantes do Ensino Médio integrado do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná (IFPR) *Campus* Curitiba.

As mídias tradicionais e, sobretudo, alternativas exercem papel decisivo no destino das sociedades ao disseminar informações nem sempre verdadeiras ou imparciais, que influenciam diretamente os posicionamentos e as atitudes do público. Destarte, é fundamental o encargo das escolas no propiciamento da formação para o efetivo exercício da cidadania, conforme exigências da Lei de Diretrizes e Bases (LDB) da Educação Nacional e da Constituição Federal (CF) de 1988.

A Educação Formal em uma Sociedade Acelerada e Acometida por Crises

Submersos na era da aceleração temporal, os espaços formais de ensino não têm acompanhado a dinâmica social. Tanto os docentes quanto os discentes vivenciam a realidade na qual a *internet* está presente cotidianamente de forma ininterrupta, enquanto as instituições de ensino permanecem com estruturas e práticas consideradas

descompassadas. Nesse contexto, a educação formal necessita operar em um ritmo mais lento, que demanda reflexão, decantação do conteúdo programático e espaço para construção do conhecimento (Citelli, 2017).

Segundo Falcão e Andrade (2021, p. 38), “os meios de comunicação e, em especial, as tecnologias digitais são presença marcante na vida dos/as jovens”, o que faz com que os docentes não estejam “alheios a tais aparatos e às experiências que deles decorrem”. Como complementam (Nagamini, Almeida e Luz-Carvalho, 2021, p. 200), “a percepção de encurtamento do tempo, no contexto contemporâneo, é indicativo de que a quantidade de tarefas a serem realizadas tornou-se mais intensa e a sala de aula exige estratégias cada vez mais dinâmicas”.

Já em relação às agravantes crises civilizatória e democrática, ambos latentes problemas na presente conjuntura de aceleração social do tempo, faz-se necessário educar com base na visão holística sobre a complexa realidade do vigente modelo civilizatório e buscar estratégias, sobretudo educacionais, em prol de marcos democráticos. Nesta era, conforme analisa Cesarino (2022), as camadas periféricas (antiestruturas) no contexto pré-digital passaram a se deslocar para o centro da esfera pública, e tal tensionamento virou a configuração do sistema “do avesso”. Na revirada da estrutura e da antiestrutura da configuração sociohistórica, o amplo acesso à *internet* passa a acelerar o fluxo dos sistemas sociotécnicos, de modo a adiantar as mudanças estruturais por meio dos processos de desintermediação, nos quais não há uma linear ruptura com o sistema vigente.

Anteriormente, o centro do sistema era constituído pela academia e pela ciência, e, atualmente, é o negacionismo da “ciência alternativa” que se centraliza a partir da pujante guinada da direita radical. Esta, por sua vez, vem disputando as mediações das plataformas em um cenário crítico de desconfiança na ciência, nas instituições de ensino e na política. Bem como o negacionismo científico, são observados revisionismos históricos, teorias conspiratórias, *fake news*, desinformações e discursos de ódio contra grupos marginalizados (Beiguelman, 2021; Cesarino, 2022). São fatores agravantes as plataformas operadas por dados pessoais, que podem comprometer a democracia, haja vista que a algoritmização da comunicação é aparelhada por interesses das grandes corporações — o que invalida a narrativa de haver liberdade e democraticidade das mídias sociais (Han, 2022; Morozov, 2018).

Crary (2023) argumenta que a solução para a conjuntura de “terra arrasada” é a reconstrução das sociedades humanas a partir de uma base pós-capitalista e pós-digital. Isto é, com modos de vida sustentáveis e sem a centralidade da *internet* na definição da cultura, economia, política e sociedade. Sem embargo, um impasse a ser vencido é a alienação, inconsciência e inércia causada pelas telas, que favorecem o desempoderamento dos jovens, os quais historicamente têm induzido e conduzido transformações positivas no mundo. Lançar luz sobre este cenário é, sobretudo, desconstruir ilusões como a narrativa de que a Inteligência Artificial (IA) e outros avanços são desenvolvidos em favor das necessidades humanas, considerando que os maiores investidores na tecnologia são o setor financeiro, as agências de segurança e as forças armadas, cujos *modi operandi* propicia a intensificação das desigualdades.

Procedimentos Metodológicos

O questionário estruturado na plataforma *Google Forms* ficou disponível de 3 a 13 de dezembro de 2024 — período no qual foi possível obter 116 respostas anônimas e voluntárias. Em conformidade com a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), instituída via Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, esta pesquisa foi divulgada durante as aulas ministradas pela coautora em turmas do 1º ao 4º ano do Ensino Médio Integrado do IFPR — *Campus* Curitiba. Tratando-se de uma investigação empírica com amostragem aleatória, cujos resultados não são generalizáveis, não houve necessidade de submissão do projeto ao Comitê de Ética e à Plataforma Brasil.

Exposição Analítica dos Dados Coletados

Quanto à faixa etária dos alunos do Ensino Médio, na época da pesquisa, a maioria tinha 15 anos (45,7%), seguidos por 17 anos (20,7%), 16 anos (18,1%), 18 anos ou mais (12,1%) e 14 anos (3,4%). Dentre eles, eram 56% homens e 42% mulheres, e 1,7% se autodeclararam não binários. Consideravam-se brancos 64,7%, pardos 26,7%, pretos 4,3% e amarelos 4,3%. No que se refere à composição familiar, pertenciam a núcleos formados por três pessoas 42%, por quatro pessoas 26,7%, por cinco pessoas ou mais 23,3% e por duas pessoas 7,8%. Atinente à renda familiar mensal, recebiam de R\$ 3,2 mil a R\$ 7,6 mil (31%), de R\$ 7,6 mil a R\$ 23,8 mil (31%), até R\$ 3,2 mil (17,2%), mais de R\$ 23,8 mil (6,9%) e não souberam responder (13,8%).

Sintetize-se, por conseguinte, que a maioria dos estudantes que participaram estava concentrada na faixa etária de 15 anos, predominando também entre 16 e 17 anos, o que caracteriza um público majoritariamente adolescente. Em termos de identidade de gênero, observa-se uma leve predominância masculina em relação à feminina, com uma pequena parcela identificada como não binária. Referente à raça, a maioria dos estudantes se autodeclarou branca, seguida por pardos, o que reflete a composição racial mais comum na região Sul do país.

Percebe-se que a estrutura familiar média era composta, em sua maioria, por três a quatro pessoas, sendo mais raro encontrar estudantes que vivem em lares com apenas duas pessoas. Já sobre a renda familiar, o perfil socioeconômico dos respondentes era bastante diversificado, embora tenha havido maior concentração nas faixas de R\$ 3,2 mil a R\$ 23,8 mil mensais — mais de 60% da amostra, com uma parte significativa (13,8%) sem conhecimento acerca de sua própria renda familiar.

Concernente às respostas sobre os meios de comunicação e formas de obtenção de informação, os jovens responderam que se informam majoritariamente pelas mídias alternativas (80,2%), enquanto outros costumam se informar pelas mídias tradicionais (12,1%). Já demais não se informam por nenhuma dessas mídias (7,8%). No tocante às plataformas digitais mais utilizadas para obter informação: 68,1% assinalaram *Instagram*, 60,3% *YouTube*, 47,4% *TikTok*, 37,1% *WhatsApp*, 35,3% *X/Twitter*, 9,5% *Discord*, 6,9% *Twitch*, 4,3% *Facebook*, 2,6% *Kwai* e 13,8% não assinalaram nenhuma das alternativas anteriores.

Tratando-se da confiabilidade nas mídias tradicionais: 50% tinham alguma confiança, 27,6% pouca confiança, 14,7% muita confiança, 6% nenhuma confiança e 1,7% não souberam responder. Quanto à confiabilidade nas mídias sociais, 55,2% tinham pouca confiança, 37,9% alguma confiança, 2,6% muita confiança, 2,6% nenhuma confiança e 1,7% não souberam responder.

Verifica-se, por meio da análise dos dados, que houve um perfil informativo marcadamente digital e alternativo entre os estudantes. Grande parte dos respondentes (80,2%) declarou se informar prioritariamente por mídias alternativas, como as mídias sociais, enquanto apenas uma minoria (12,1%) ainda recorre às mídias tradicionais, como televisão, rádio e jornais impressos. Um pequeno grupo (7,8%) afirma não

consumir informação por nenhuma dessas vias, o que pode indicar, por hipótese, desinteresse ou dificuldade de acesso na busca de informações.

Instagram, TikTok e YouTube lideram no consumo dos jovens, o que aponta para a preferência por conteúdos audiovisuais e de rápida circulação, em detrimento de informações no *WhatsApp* e *X/Twitter*. A presença de 13,8% que não assinalaram nenhuma dessas alternativas tende a indicar outras fontes não listadas, desinteresse ou dificuldade de escolha.

No que tange à confiabilidade das fontes, há algumas contradições, embora as mídias sociais sejam a principal via de informação, a maioria dos jovens demonstra desconfiança em relação a elas, haja vista que 55,2% declararam pouca confiança. As mídias tradicionais, por sua vez, inspiraram um pouco mais de credibilidade, tendo em vista que 50% afirmam ter alguma confiança nelas, e 14,7% disseram ter muita confiança — ainda que não tenham escapado de níveis consideráveis de desconfiança.

Quanto à relevância da proteção ambiental para a qualidade de vida, 59,5% consideram a questão urgente, 21,6% muito importante, 7,8% importante, 1,7% pouco importante, 0,9% nada importante e 8,6% não souberam responder. Referente à preocupação com a qualidade de vida no futuro, 38,8% estavam muito preocupados, 37,1% extremamente preocupados, 6% pouco preocupados, 6% indiferentes, 2,6% não estavam preocupados de nenhuma forma e 9,5% não souberam responder. Sobre a frase “é possível conciliar crescimento econômico com o cuidado com o meio ambiente”: 38,8% concordavam, 34,5% concordavam muito, 6% discordavam, 0,9% discordavam muito e 19,8% não souberam responder.

Face à análise dos dados sobre percepções ambientais dos estudantes, observa-se uma forte sensibilização e preocupação com o futuro. Para 80% dos respondentes, a proteção ambiental é uma prioridade, e apenas uma parcela mínima demonstra desinteresse ou ceticismo. Um total de 2,6% consideraram pouco ou nada importante. Logo, revelou-se uma sensibilidade coletiva em relação aos impactos do modelo civilizatório hegemônico na qualidade de vida. Essa preocupação se reflete também nas respostas acerca do futuro da qualidade de vida, considerando que 75,9% dos estudantes afirmaram estar muito ou extremamente preocupados — o que indica um sentimento de insegurança quanto à questão ambiental nos próximos anos.

Finalmente, ao terem sido questionados sobre a possibilidade de conciliar crescimento econômico com a proteção ambiental, 73,3% dos jovens demonstram algum grau de concordância, o que sugere haver crença em modelos sustentáveis de desenvolvimento. No entanto, 19,8% não souberam opinar — um número significativo que sinaliza ter havido dúvidas conceituais ou desconhecimento do debate em relação à incongruente noção de desenvolvimento sustentável. Os dados revelam, em suma, que os estudantes reconheciam a gravidade da crise civilizatória e se mostraram preocupados com o futuro.

No que se refere à compreensão e à valorização da democracia, 43,1% afirmaram concordar com a frase “para que a democracia funcione é necessário garantir a diversidade de fontes de informação”, enquanto 26,7% concordavam muito. Somente 6,9% discordavam, 1,7% discordavam muito e 21,6% não souberam responder. Quando questionados sobre valores sociais, 57,8% se identificaram com a frase “prefiro uma sociedade que esteja aberta à diversidade de todos os tipos de costumes”, enquanto 22,4% preferem uma sociedade que defenda “nossos costumes”, e 19,8% não souberam opinar.

Houve também a replicação de duas perguntas da 20ª edição da pesquisa nacional do Instituto DataSenado (Senado Federal, 2023), sendo uma referente à defesa e outra sobre a satisfação com a democracia. Grande parte dos estudantes (61,2%) acreditava que “a democracia é sempre a melhor forma de governo”. Outros 15,5% concordavam que, em algumas situações, um governo autoritário é preferível, 4,3% consideram indiferente ter um governo democrático ou autoritário, e 19% não souberam opinar. Em relação à satisfação com a democracia no Brasil, 56% afirmaram estar pouco satisfeitos, 18,1% nada satisfeitos, 15,5% satisfeitos, 3,4% muito satisfeitos e 6,9% não souberam responder.

Diante de uma situação hipotética de dificuldades extremas no país, 55,2% disseram que não apoiariam um governo militar sob nenhuma circunstância, 19% afirmaram que apoiariam e 25,9% não souberam responder. Concernente à hipótese de o presidente da República poder controlar e censurar os meios de comunicação sob um estado de sítio, 48,3% discordavam muito, 36,2% discordavam, 2,6% concordavam muito, 2,6% concordavam e 10,3% não souberam opinar. Esses dados sugerem uma defesa predominante das liberdades civis e democráticas entre os jovens.

Quanto ao interesse por política, 30,2% afirmaram ter algum interesse, 25% tinham pouco interesse, 20,7% muito interesse, 16,4% nenhum interesse e 7,8% não souberam opinar. No que diz respeito à frequência que debatem a política com pessoas próximas, 41,4% disseram que quase nunca falam sobre o tema, 18,1% debatem com muita frequência, 17,2% nunca debatem, 16,4% debatem frequentemente e 6,9% não souberam responder.

Em relação ao Poder Executivo, especificamente o Governo Lula III (2023-2026), 37,9% declararam não ter nenhuma confiança, 31,9% tinham pouca, 18,1% alguma, 4,3% muita e 7,8% não souberam responder. Sobre o Poder Legislativo, 39,7% tinham pouca confiança, 31,9% alguma, 14,7% nenhuma, 4,3% muita e 9,5% não souberam responder. Atinente ao Poder Judiciário, 40,5% relataram pouca confiança, 32,8% alguma, 15,5% nenhuma, 3,4% muita e 7,8% não souberam opinar.

Referente aos partidos políticos, o descrédito é significativo: 42,2% afirmaram não ter nenhuma confiança, 42,4% pouca, 9,5% alguma, 0,9% muita e 5,2% não souberam responder. Sobre o sistema eleitoral brasileiro, 27,6% não têm nenhuma confiança, 24,1% muita, 21,6% alguma, 20,7% pouca e 6% não souberam opinar.

Quanto às Forças Armadas, 37,9% relataram ter alguma confiança, 28,4% pouca, 17,2% nenhuma, 12,1% muita e 4,3% não souberam opinar. Por fim, em relação às igrejas cristãs, 31,9% não têm nenhuma confiança, 28,4% têm muita, 21,6% alguma, 17,2% pouca e 0,9% não souberam responder.

Em síntese, a maioria dos respondentes reconhece a relevância da diversidade de fontes de informação (69,8%) e se identifica com uma sociedade aberta à diversidade de costumes (57,8%) — o que denota valores democráticos e progressistas. Paralelamente, 61,2% consideram a democracia a melhor forma de governo e mais da metade (55,2%) rejeita a ideia de apoio a um governo militar, mesmo em situações extremas.

Contudo, há indícios de descontentamento e desconfiança: 56% estão pouco satisfeitos com a democracia no Brasil. Muitos expressam baixa confiança nos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, além de ampla descrença nos partidos políticos. Portanto, as eleições ainda conservam certo prestígio, mas convivem com índices elevados de desconfiança. O interesse por política é moderado, com apenas 20,7% expressando “muito interesse”, e a maioria raramente ou nunca conversa sobre o tema.

Há, entretanto, rejeição significativa à censura da imprensa e defesa da liberdade de expressão. Ainda que se observe uma juventude politicamente crítica e democrática, também observa-se um nível de ceticismo diante das instituições e pouco mobilizada na esfera pública cotidiana.

Caminhos para a Educação na ‘Terra Arrasada’

Perante as reflexões proporcionadas por esta pesquisa, evidencia-se a relevância de escutar os estudantes enquanto sujeitos capazes de interpretar criticamente os desafios contemporâneos, especialmente no que se refere à crise civilizatória e à qualidade da democracia no Brasil. As respostas coletadas revelam tanto inquietações quanto potencialidades formativas, indicando que a sala de aula pode e deve ser um espaço de diálogo, politização e construção de sentidos sobre o mundo. Quando articulada a uma abordagem crítica e democrática, a educação pode contribuir para a formação de jovens comprometidos e protagonistas na transformação socioambiental.

Reforça-se, ainda, a necessidade de se incorporar, no ensino, práticas pedagógicas que dialoguem com os saberes, as vivências e as percepções dos estudantes. São caminhos promissores, para a construção de uma educação integrada à vida real e aos desafios contemporâneos, a escuta ativa, o estímulo ao pensamento crítico e a valorização da participação juvenil. Como desdobramento deste trabalho, espera-se incentivar o diálogo construtivo com outros grupos estudantis do país, a fim de promover a educação crítica como semente para regenerar “terra arrasada”.

Referências

ANAYA, Felisa Cançado; BRONZ, Deborah; MAGALHÃES, Sônia. **Terra arrasada:** desmonte ambiental e violação de direitos no Brasil. 1. ed. Montes Claros: Editora Unimontes, 2024.

BEIGUELMAN, Giselle. **Políticas da imagem:** Vigilância e resistência na dadosfera. São Paulo: Ubu Editora, 2021.

CAPRA, Fritjof; LUISI, Pier Luigi. **A visão sistêmica da vida:** uma concepção unificada e suas implicações filosóficas, políticas, sociais e econômicas. Mayara Teruya Eichemberg; Newton Roberval Eichemberg (trad.). São Paulo: Cultrix, 2014.

CASTELLS, Manuel. **Ruptura:** a crise da democracia liberal. Joana Angélica d'Avila Melo (trad.). 1. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2018.

CESARINO, Letícia. **O mundo do avesso** - verdade e política na era digital. São Paulo: Ubu Editora, 2022.

CITELLI, Adilson (org.). **Comunicação e educação**: os desafios da aceleração social do tempo. São Paulo: Paulinas, 2017.

CRARY, Jonathan. **Terra arrasada**: além da era digital, rumo a um mundo pós-capitalista. Humberto do Amaral (trad.). 1. ed. São Paulo: Editora Ubu, 2023.

FALCÃO, Sandra Pereira; ANDRADE, Rogério Pelizzari de. Perfil docente e práticas digitais: cenário pré-ensino remoto e desdobramentos. In: CITELLI, Adilson (org.). **Comunicação e educação**: dinâmicas midiáticas e cenários escolares. Ilhéus: Editus, 2021. p. 31-44.

HAN Byung-Chul. **Infocracia**: Digitalização e a crise da democracia. Gabriel S. Philipson (trad.). Petrópolis: Editora Vozes, 2022.

MACHADO, Jorge; MISKOLCI, Richard. Das jornadas de junho à cruzada moral: o papel das redes sociais na polarização política brasileira. In: **Sociologia & Antropologia**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 3: , set./dez. 2019. p. 945-970.

MOROZOV, Evgeny. **Big Tech**: a ascensão dos dados e a morte da política. Claudio Marcondes (trad.). São Paulo, Ubu Editora, 2018.

MOUNK, Yascha. **O povo contra a democracia**: por que nossa liberdade corre perigo e como salvá-la. Cássio de Arantes Leite e Débora Landsberg (trad.). 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

NAGAMINI, Eliana; ALMEIDA, Maria do Carmo Souza de; LUZ-CARVALHO, Tatiana. Vozes cruzadas: discentes e docentes na relação com os meios de comunicação e as temporalidades. In: CITELLI, Adilson (org.). **Comunicação e educação**: dinâmicas midiáticas e cenários escolares. Ilhéus: Editus, 2021. p. 167-203.

ROSA, Hartmut. *Social Acceleration: Ethical and Political Consequences of a Desynchronized High-Speed Society*. In: **Constellations**, v. 10, n. 1, 2003. p. 3-33.

SENADO FEDERAL. **Panorama Político 2023**: Opiniões sobre democracia, sociedade e prioridades do cidadão em um contexto pós-eleitoral. Brasília: Senado Federal, 2023.

TAIBO, Carlos. **Colapso**: capitalismo terminal, transição ecossocial, ecofascismo. Marília Andrade Torales Campos e Andréa Macedônio de Carvalho (trad.). Curitiba: Editora UFPR, 2019.

TEITELBAUM, Benjamin R. **Guerra pela eternidade**: o retorno do Tradicionalismo e a ascensão da direita populista. Cynthia Costa (trad.). Campinas: Editora da Unicamp, 2020.

WAHL, Daniel Christian. **Design de culturas regenerativas**. Rio de Janeiro: Bambual Editora, 2019.